



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**HISTÓRIA LICENCIATURA NOTURNO**

**SAULLO SILVEIRA MIGUEL**

**A NOBREZA EM SERGIPE DEL REY NO SÉCULO XVIII**

**SÃO CRISTOVÃO**

**2015**

**SAULLO SILVEIRA MIGUEL**

**A NOBREZA EM SERGIPE DEL REY NO SÉCULO XVIII**

Artigo de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento de História  
da Universidade Federal de Sergipe para  
obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Augusto da Silva

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2015**

## A NOBREZA EM SERGIPE DEL REY NO SÉCULO XVIII

### Introdução

Nesse texto vamos através de análises de livros e documentos debater a idéia de nobreza em Sergipe Del Rey no período do século XVIII. Sendo que partiremos de idéias de autores a exemplo de Maria Fernanda Baptista Bicalho, Evaldo Cabral de Mello, Maria Beatriz Nizza da Silva, António Manuel Hespanha e Nuno Gonçalo Monteiro entre autores que falam de Sergipe a exemplo de Maria Thetis Nunes, importante pesquisadora da história sergipana, além de utilizar obras de Luiz R. B. Mott.

E a partir da análise desses pesquisadores, buscaremos as origens da nobreza em especial em Portugal porque fora nossa metrópole por vários anos e de onde veio boa parte dos primeiros colonizadores, junto com seus ideais. Vai ser na primeira parte do trabalho que vamos focar nessa nobreza reinol, que se encontrava no Reino de Portugal a qual já vinha desde a época do período medieval, até o *século XVIII* o ano o qual focamos Sergipe, e mostrando como se chegava a ser nobre e como se dava essa nobilitação.

No Brasil em especial no período colonial, que será a segunda parte do trabalho vamos sair do reino português e vamos adentrar em território brasileiro, observando os nobres que aqui existiam advindos de Portugal e a nova nobreza que aqui surge, a qual é conhecida como nobreza colonial. Sendo essa uma nobreza que não se recebia esse título não por ser de origens nobres e sim pelos serviços prestados a coroa, os cargos desempenhados, onde veremos que o rei se utilizava dessa forma de nobilitar para usar como uma forma de “incentivo” para que os moradores desempenhassem suas funções e fizessem com que a colônia se mantivesse protegida e em ordem se aproveitando desse desejo de serem nobres por parte de alguns e que esses buscavam também as vantagens que se adquiria quando se eram nobilitados. Além dessa nobreza que se dava a partir de

cargos e serviços prestados, teremos também a chamada *nobreza da terra*, que eram pessoas que aqui chegaram e conseguiram grandes sesmarias de terras, espaços que criavam gados, plantavam cana de açúcar ou possuíam minas de minérios, e assim conseguiam ter força e prestígios e tentavam seguir o ritmo da corte europeia, e se alto denominarem como nobres, o que fez com o tempo passassem a ser considerados e devido seus bens chegavam a ocupar cargos importantes mesmo sem serem nobilitados.

Depois da observação da nobreza no reino de Portugal e no Brasil colônia chegará à análise da nobreza em Sergipe, explorando documentos do Conselho Ultramarino, nos depararemos com muitos pedidos de mercê da Ordem de Cristo, onde para deixar claro quem conseguisse ser agraciado era considerado como nobres e tinham certas “regalias” deixando claro a idéia de nobreza existente e pela qual os moradores almejavam. Sendo a partir da busca pela idéia da nobreza da terra iremos observar esse tipo de nobreza, pois há um grande número de engenhos, principalmente, do início do século XVIII em diante, o que nos deixa claro o começo dessa ideia de nobreza no território de Sergipe Del Rey.

E com essa análise detalhada de Portugal até chegar a Sergipe, que iremos trabalhar o conceito de nobreza, outrora, demonstrando que não só existia na metrópole, mas também em Sergipe.

## **A Nobreza em Portugal**

A nobreza é um estamento de maior estrato, sendo em sua grande maioria de caráter hereditária (passada de pai para filho) e é uma ordem como o clero e o povo, onde compunha as três ordens que se iniciou com força desde o Período Medieval e se estendeu até a Idade Moderna. Sendo essa utilizada como símbolo de nível social, representava uma classe que possuía ligações políticas com o reinado de sua nação e participava das decisões dos governantes, através disso conquistava privilégios diante dos monarcas.

Esses nobres quanto mais terras em seu domínio possuíam, mais prestígios conseguiam. Para isso arranjavam casamentos entre eles para obter força política. Esses senhores com títulos nobiliárquicos possuíam o papel de servir como modelo político e

ideológico de uma comunidade, onde seus títulos eram distribuídos conforme sua importância nas decisões políticas e partilhados em uma escala ascendente.

Em cada país, em especial na Europa, cada nobreza seguia as regras da sua nobiliarquia. Uma característica distintiva e fundamental da nobreza dos antigos regimes europeus residiu na importância do direito escrito e da administração central na sua reprodução e perpetuação. Ainda que, com notórias variações de reino para reino, um dos mais evidentes paradoxos da primeira fase deste período consistiu, precisamente, na consagração e progressiva regulamentação da sociedade trinitária medieval, em que o papel da nobreza de raiz senhorial tradicionalmente se legitimava pela invocação da sua função de braço armado da monarquia, ao mesmo tempo em que o poder central tendencialmente a expropriava, tal como aos outros corpos, de muitas das funções militares e jurisdicionais periféricas efetivas.<sup>1</sup>

Em Portugal a existência de tal estamento, invocou vários conflitos entre os médios Negociantes e Proprietários e a Nobreza portuguesa que tinha o monopólio de todos os cargos de grande importância do Estado; exemplo as presidências dos tribunais, comissões diplomáticas, os governos lucrosos, os grandes postos do exército, e obtinham também os benefícios eclesiásticos e as comendas, onde sempre essas vantagens ficaram ligadas as famílias nobres portuguesas e que se seguiam por uma sucessão hereditária, e nos deixa claro a enorme valorização simbólica que eles possuem, e está associado a esse título que se dava a pessoas que possuíam uma ideia de superioridade em relação às outras camadas da sociedade que eram tidas como inferiores.<sup>2</sup>

Surge também à existência de uma noção ampla de nobreza, distinta de fidalguia. Vamos observar que a nobreza portuguesa segundo debates de alguns autores se dará de duas formas a nobreza hereditária ou nobreza adquirida, ou seja, derivada dos pais, ou da concessão por parte do rei. A partir da observância dessas duas formas de ser nobre vamos conhecer uma divisão em três classes as quais são a *nobreza teológica*, a que também chamam nobreza de ânimo é uma prática de virtudes pela qual o homem se

---

<sup>1</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social*, p. 5; *almanack brasileiro nº02*; novembro de 2005.

<sup>2</sup> António Manuel Hespanha, *A Nobreza nos Tratados Jurídicos dos Séculos XVI a XVIII*, p. 28-29; Vol. Nobreza e Aristocracia, Edição Cosmos, Lisboa.

faz grato, e bem aceito a Deus; a *nobreza natural* a que chamam hereditárias e de linhagem, e uma dignidade derivada de pais pra filhos; *nobreza civil ou política*, uma qualidade concedida pelo rei expressa, ou tacitamente ou adquirida por prescrição em consequências de riquezas antigas, essas três formas existentes no antigo regime.<sup>3</sup>

As regras de transmissão em Portugal, em especial da nobreza natural exigia, em princípio, três gerações. As normas de transmissão da nobreza simples eram, no entanto menos exigentes, eram nobres os filhos de pais nobres, nascidos de casamento legítimo, legitimados e até, em certas condições, bastardos e adotivos, eram nobres também os filhos de pais que só atingissem essa distinção depois do seu nascimento ou que a tivessem vindo a revogar parcialmente. Outro aspecto importante a se notar que diferente do caso francês onde a nobreza só era transmitida por via masculina, em Portugal era nobre todo o filho de pai ou de mãe nobre, onde as leis vigentes no período falavam expressamente que os filhos podiam tomar posse das armas de suas mães nobres. Só em alguns casos para assumir certos cargos que se fugia a regra anterior, na qual era necessário se provar a nobreza de quatro avós, sendo para poder ser cavaleiro das ordens militares, cadete do exército, desembargador.<sup>4</sup>

Diferente da nobreza natural, a civil podia ser adquirida por dois meios, os quais eram por vontade expressa ou por vontade tácita do rei. Sendo que no primeiro caso, estavam todos aqueles que o rei declarara, por palavras ou por escrito, ser fidalgos, cavaleiros ou nobres, já o segundo caso, eram aqueles a quem o monarca conferia alguma dignidade, posto, ou emprego de graduação. Nessa disputa, a categoria de nobreza, podemos citar a fidalguia que fazia ombro a ombro e possuía alguns privilégios onde essa se constituía, como uma categoria dentro da nobreza, onde tinha títulos e vantagens específicas. Entre esses privilégios observamos que eram realmente consideráveis e relevantes, se comparados com os da simples nobreza sendo que os fidalgos não eram isentos das taxas tributárias, mas podemos destacar algumas importantes vantagens conquistadas por eles, como a exemplo, não eram de imediato presos quando culpados em devassas, poderiam ser isentos de servir nos ofícios camarários, só eram obrigados ao aboletamento de tropas em casos excepcionais,

---

<sup>3</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *Notas Sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime*, p. 19; *Ler História*, nº 10, 1987.

<sup>4</sup> Id. *Ibidem*, p. 19 – 20.

possuíam acesso exclusivos a determinados cargos, só podiam ser presos depois do consentimento do rei, entre outras regalias.<sup>5</sup>

Essa fidalguia que encontramos no antigo regime que podemos classificá-la por causas de algumas vantagens recebidas por essa classe como também nobres, eram às vezes concedidas pelo rei como a exemplo da nobreza civil ou política, mas ao contrário dessas, os títulos que alguns fidalgos possuíam também podiam ser comprados, essa forma de nobreza tão específica que existia em Portugal foi tão difundida que chegou até possuir subdivisões podendo citar algumas: *fidalgos de solar*, esses que a princípio possuíram uma família nobre; *fidalgos de linhagem*, composto por netos e filhos de fidalgos os quais não estavam cadastrados nos livros do rei; *fidalgos assentados no livro do rei*, eram constituídos e precisavam provar que possuíam antepassados nas mesmas condições de fidalgos para conseguir se encaixar nessa subdivisão, *fidalgos feitos por especial mercê do rei* onde esses conseguiam cartas para efeito; *fidalgos de grande estados ou de grande qualidade* os quais eram os donatários de grandes senhorios e jurisdições; *fidalgos de cota de armas*, a espécie mais comum que tinha, pois era composta por aqueles que o rei concedia autorização para usarem brasão de armas, os quais ainda tinham os direito de transmitir aos descendentes, salvo só sobre autorização; e por último ainda tinha os *fidalgos por privilégio*, que gozavam dos privilégios da categoria sem a ela pertencerem.<sup>6</sup>

Apesar de possuírem muitas regalias e algumas parecidas com as da nobreza os fidalgos eram uma classe existente em Portugal a qual não era exatamente nobre, era uma classe a parte que citamos para mostrar a elite que compunha a cabeça do poder e a qual inspirava no império português pessoas tentarem acender na escala hierárquica a exemplo ser fidalgo não era igual à nobreza de corte ou um nobre titulado.

Em Portugal, observamos que a utilização de títulos nobiliárquicos, encontrava-se até finais do antigo regime, estritamente dependente de concessão régia, ao contrário do que acontecia em outros países europeus a exemplo da França que se utilizava muito do interesse por parte das pessoas daquele período em ter um título de nobre e fazia de tudo para ter principalmente, comprando esses a altos valores, onde os reis de alguns países Europeu a exemplo do citado que se aproveitava, para adquirir verba para manter

---

<sup>5</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *Notas Sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime*, p. 22; *Ler Historia*, nº 10, 1987.

<sup>6</sup> Id. *Ibidem*. P. 22.

o luxo da corte ou pagar dívidas. Onde, isso só ocorria no reino português favorecido pela existência de um reduzido número de títulos, o que impedia o uso incontrolável desses, diferentemente do que acontecia em outras monarquias. Outro problema de receber esses títulos era que a maioria era recebida em vida e que para ser renovados dependiam de permissão régia, onde até final do século XVIII, observamos a existência em Portugal da distribuição de 95 títulos distribuídos por 68 casas. Dentre esses, todos os Duques, Marqueses e Condes eram considerados automaticamente como Grandes do Reino, categoria a que pertenciam também os Viscondes e Barões qual era concedida pela coroa como grandeza por diploma especial. Onde o número de casas em relação à população e a dimensão do país era muito reduzido, onde se compararmos a Espanha que era vizinha e sua população e dimensão não eram tão grande assim, possuíam mais títulos distribuídos mais um fato a se analisar e que não consta a venda de títulos em Portugal, contrário do que ocorreu na Espanha e em outros países da Europa a exemplo da França como apontado anteriormente.<sup>7</sup>

A maioria dessas casas portuguesas descendia de famílias da nobreza medieval, em que os nobres da corte se confundiam com nobres titulados, onde essa esmagadora maioria dos nobres viviam em Lisboa ou arredores, sempre em casas com muita pompa e palácios, que até hoje são conhecidos, mas ainda tinham os que residiam fora ou habitavam outras províncias e as colônias, locais que desempenhavam funções ligadas à administração central, a exemplo de militares e diplomáticas.

De forma superficial podemos observar que no período do Antigo Regime a nobreza abrangia todas as elites em Portugal desde a base econômica as bases sociais e culturais, excluindo ofícios os quais não se encaixavam as elites, ou seja, *viver nobremente* e *ser nobre* eram praticamente sinônimos, no caso português do final do Antigo Regime e servindo como base e inspiração, essa forma de viver nobremente foi transmitido da metrópole para as suas colônias a exemplo do Brasil.

---

<sup>7</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *Notas Sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime*, p. 25 - 32; *Ler Historia*, nº 10, 1987.



## A Nobreza no Brasil colônia

Diferente da metrópole, a nobreza que se desenvolveu no Brasil se deu a partir de uma evolução do conceito de nobre e teve uma duração de mais ou menos três séculos. Nessa nobilitação, vamos constatar que se dará em sua grande parte por serviços prestados ou cargos desempenhados em função da coroa ou através de feitos militares ou também através da questão financeira de algumas famílias.

A colonização do Brasil feita por Portugal, na qual os moradores aqui se inspiravam, para seguir a forma de vida lá existente e, em especial a diferenciação entre nobres e plebeus. Vamos verificar vários trabalhos realizados sobre nobreza focando principalmente, na nobreza reinol que também existia no Brasil, mas que era bastante diferente em alguns aspectos da nobreza colonial a qual daremos destaque e a forma como se concede essa nobilitação.

Primeiramente, essa nobilitação vai surgir a partir de feitos militares, tantos na questão de ocupar o território como na expulsão de estrangeiros que tentassem ocupar a costa brasileira ou também em guerras que ocorressem dentro do território, da mesma forma contra indígenas. Podia ser também adquirida quando a pessoa conseguia ocupar um cargo a serviço da coroa e por simplesmente desempenhá-lo o indivíduo conseguia obter status e ser considerado como nobre.

No período colonial, em especial por parte da coroa portuguesa que diferente de outros países que vendiam como já observamos anteriormente, ela vai utilizar dessa concessão do estatuto de nobre para conseguir e incentivar a busca de extração de ouro, para solidificar o corpo mercantil e assim obter o aumento das transações comerciais e também se utilizava dessas concessões para recompensar quem ajudava financeiramente o rei em períodos de crise e a partir da nobilitação que os monarcas iriam se utilizar como forma de moeda de troca para agradar as pessoas sem muitos gastos.<sup>8</sup>

Observamos que a nobreza colonial estava intimamente ligada à concessão do foro de fidalgo da Casa Real, a atribuição de hábitos de ordens militares, a inserção de

---

<sup>8</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social*, p. 8; *almanack braziliense* nº02; novembro de 2005.

grupos privilegiados dos familiares do Santo Ofício, ocupação de postos na oficialidade auxiliar e às vezes na tropa paga, pertencer ao grupo dos cidadãos que eram dos eleitores e dos elegíveis a cargos municipais, à instituição de morgados e a ocupação de cargos de ofícios que só por si já davam a posição de nobre.<sup>9</sup>

A nobreza era encarada na colônia como diferenciadora social a qual possuía alguns privilégios a mais, e que não garantia conseguir certos cargos existentes no período. Mas temos que se deter a um questionamento. O que devemos entender por nobreza colonial? Só naturais do Brasil ou os reinóis que aqui se fixaram? Não devemos nos apegar muito a isso, pois tanto no século XVIII como os precedentes, observamos uma mobilidade, porque era necessário para se alcançar cargos e não havia distinção para ser nobilitado que poderia tanto ser natural como reinol.

A forma pela qual os colonos procuravam conseguir se nobilitar era apostar em várias mercês régias, pois muitos procuram aliar o foro de fidalgo da Casa Real ao hábito de uma das ordens militares, ou a um posto no oficialato das milícias, ou a familiatura do Santo Ofício e assim com mais títulos ser mais reconhecido como nobre e conseguir os privilégios.

A nobreza colonial, também conhecida como civil ou política não era uma que existia a partir do sangue; de forma hereditária, mas sim de uma nobreza individual e vitalícia quando muito transmitida aos membros da família mais próximos. Para ser nobilitado, era preciso ser concedido pelo rei podendo ocorrer de duas maneiras, expressa ou tácita. Onde, a primeira ocorria quando o monarca, *de palavra ou escrito*, declarava alguém *fidalgo, cavaleiro, ou simplesmente nobre*, já a segunda tinha lugar quando fosse conferida a um indivíduo alguma dignidade, posto ou emprego que de ordinário costume dar a gente nobre.

Mas, era comum na colônia ser esquecida por parte das pessoas de cor branca e que desempenhavam funções mecânicas pertencentes à classe dos plebeus, pois devido à escravidão existente nesse período a pessoa que possuía escravos considerava-se superior e fora da condição de plebeu, mas independente disso quem desempenhava os serviços de sapateiro, ferreiro, etc., nunca seria considerado nobre independente do número de escravos que possuísse.

---

<sup>9</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva, *Ser nobre na Colônia*, p. 8; São Paulo: Editora UNESP, 2005.

E aqueles que aqui viviam e eram nobres faziam questão de lembrar essa qualidade que possuíam, apesar de viver distante da metrópole. Muitos eram descendentes daqueles primeiros nobres e valorosos fidalgos que haviam desempenhado diversos exercícios e empregos na colônia e na metrópole. E eram esses que faziam questão de lembrar sua nobreza, se orgulhando mais até dos que moravam em Portugal.

No Brasil, observaremos devido ao enriquecimento de algumas pessoas o aparecimento de uma classe intermediária que vai ficar entre os nobres e os plebeus, onde essa classe é citada pela primeira vez por Rafael Bluteau no seu *Vocabulário Português e Latino*, de 1713, na entrada *Estado do Meio*, onde se lê: “Entre os mecânicos e os nobres há uma classe de gente, que não pode chamar-se verdadeiramente nobre, por não haver nela a nobreza política ou civil, nem a hereditária, nem poderem chamar-se rigorosamente mecânicos, por se diferenciar dos que o são.” As pessoas as quais pertenciam a essa classe se distinguiram dos plebeus pelo trato, “andando com cavalos e servindo-se de com criados”. Essa classe como percebemos vai se manter com certo luxo em relação aos plebeus, mas não podem ser considerados como nobres porque para isso não possuem sangue nobre, nem receberam mercê em nenhum título nobiliárquico, nem cargos que os fizessem ser encarados como nobres.

Ser Fidalgo da Casa Real era um título que por si só nobilitava quem o adquirisse, sendo que no Brasil notamos que a maioria dos donatários eram fidalgos, e sendo assim, tinham vantagens e possuíam a possibilidade de subir de graduação. Na colônia, eles desempenharam importantes papéis, ocupando cargos de grande importância sendo esses primeiros reinóis, só que com o tempo foram começando a surgir os fidalgos naturais da colônia filiados a Casa Real, onde esses adquiriam essa mercê por parte dos monarcas que as davam. Para se adquirir às vezes era necessário oferecer algo em troca e iremos usar como exemplo no final do século XVII, Dom Pedro II concedeu o foro de fidalgo cavaleiro, em 1696, a Garcia d’Ávila Pereira, Senhor da Torre, onde segundo Borges da Fonseca conta que tal mercê resultou de um requerimento da mãe do agraciado, Dona Leonor Pereira Marinho, a qual prometeu ao dito rei Dom Pedro que lhe daria 20,000 quintais de salitre, postos no porto de Cachoeiras, à sua custa, fazendo-lhe a mercê do acrescentamento do foro de cavaleiro fidalgo, que tivera seu marido e tinha seu filho, a fidalgo cavaleiro, e de dois hábitos com 150\$000 réis de tença enquanto não houvesse comenda do lote. Com esse exemplo podemos observar também que a mercês honoríficas não apenas recompensavam

serviços mais também contribuía para encher os cofres do Estado. Mas, nos deixa claro o quanto era importante se obter esse título de fidalgo para ser considerado como nobre, sendo que a maioria dos fidalgos naturais da colônia obtiveram seus títulos por causa de feitos militares a exemplo da conquista do Maranhão, o ataque holandês a Bahia e a restauração de Pernambuco entre outros eventos.

Para podermos analisar melhor a questão da distribuição de mercês vamos partir de um pequeno trecho citado no livro *Ser nobre na Colônia* de Maria Beatriz Nizza da Silva página 76:

*...Terra tão nova como esta e tão minguada de coisas necessárias*

*é digna de muitos perdões e mercês.*

*Dom Duarte da Costa, Carta a Dom João III, 1555.*

*...Mas quem por seus serviços não herda,*

*Desgosta de fazer cousa lustrosa,*

*Que a condição do rei que não é franco,*

*O vassalo faz ser nas obras manco.*

*Bento Teixeira, “Descrição do Recife de ParanamBUco”.*

Como vimos, os poetas nos deixam claro, a situação que existia entre reis e vassallos, onde o monarca usa da distribuição de mercês, para que seus súditos se sintam motivados para realizar serviços para a coroa e que se servia muito bem no Brasil. Quais mercês eram mais solicitadas aos monarcas? Como já citei eram o de fidalgo da Casa Real que se recebia não por origem familiar e sim como recompensa de serviços miliares na colônia, também se pediam hábitos das ordens militares principalmente da *Ordem de Cristo* que era a que tinha mais prestígios, cargos na justiça ou fazenda, onde às vezes se pedia mercês não para si, e sim para familiares e às vezes se usava desses pedidos para se deixar como formas de dotes e receber postos de chefia militar. Às vezes quando ocorria à falta de cargos ou postos disponíveis, eram concedidos alvarás de lembrança para que se pudessem ser providos no futuro.

As mercês com o passar dos tempos começaram a ser solicitadas, mas acompanhadas de pedidos de tenças com intenções mais de receber lucros juntos com esses cargos que levavam a pessoa ser nobilitada, onde entre esses pedidos pecuniários podemos destacar pedidos de alguns direitos a coroa, ou então terras ou em dinheiro. Onde essa solicitação de mercês passa a ser vista pela Coroa com a necessidade de serem registradas, para tentar diminuir o número de fraudes e começou a se cobrar certos requisitos para se obtê-las, como pelo menos doze anos contínuos de serviços prestados, o requerente tinha que provar que não cometera crime, nem no Reino nem na colônia, e mostrar certidão de registro de mercês demonstrando que não recebera nenhuma antes, onde essa documentação era analisada pelo Conselho Ultramarino e o parecer do conselho tendia a diminuir bastante as pretensões dos requerentes e a decisão régia concordava na maior parte das vezes com esse parecer, e por vezes até restringindo ainda mais as mercês concedidas.

Devemos lembrar também que se podia solicitar por segundos e até terceiros serviços prestados a Coroa e que se caso você não fosse a favor da recompensa alcançada podia pedir a replica, insistindo com mais argumentos por uma maior. E a respeito da distribuição das mercês a questão da naturalidade perdia relevância poderia ser tanto reinol como colonial o solicitante.

Dentre as concessões de mercês mais solicitadas e que eram concedidas esta o pedido das ordens militares, onde podemos citar dois estudiosos que contribuem muito para as pesquisas nessa área e possuem diversos trabalhos, que são Francis Dutra e Fernanda Olival, onde o primeiro insiste em um estudo sobre o fato de que muitas mercês de hábitos concedidos pelos monarcas passavam por um estreito processo nas inquirições da Mesa da Consciência e Ordens e muitas vezes não se concretizavam. Já Olival, se preocupa com todo o mecanismo do processo, sobretudo da Ordem de Cristo sendo essa a mais solicitada na colônia, onde ela daria particular ênfase ao processo de dispensa dos antecedentes plebeus dos habilitandos e à forma disfarçada de pagamento que a Mesa da Consciência e Ordens a certa altura passou a aceitar para concessão da autorização. A começar da leitura desses dois especialistas temos uma noção adequada do processo de nobilitação por meio das ordens militares, onde cada um enfoca num ponto específico. Fernanda fornece de forma ocasional exemplos referentes ao Brasil, já Dutra estuda simultaneamente a Metrópole e a Colônia brasileira, onde ele salienta casos de índios e negros agraciados com a honra (através de feitos prestados a favor da

coroa) e evidenciando também aqueles indivíduos que alcançavam o hábito pela via do casamento e não por méritos próprios.

O que era a Mesa da Consciência e Ordens que foi dita anteriormente? Era a administração das ordens militares que tinha sido incorporada à Mesa da Consciência a qual após isso ficou com o nome apresentado antes. Essa instituição era composta por cinco deputados, alguns dos quais eram cavaleiros professos, exigindo-se para as nomeações limpeza de geração e costumes, bem como pelo menos a licenciatura por exame da Universidade de Coimbra, comprovando-se ainda terem cruzado doze anos. Onde toda segunda eram despachados os papéis das três ordens e havia um despacho comum e cada ordem tinha seu escrivão e oficial papalista, onde no século XVIII o número de deputados aumentou para sete. Ou seja, antes de passar na mão no monarca passava pelo Conselho Ultramarino que conforme seu parecer o rei concedia ou não, e se caso fosse afirmativo a Mesa iniciava então o processo de habilitação do candidato, sendo ouvidas as testemunhas em número suficiente nos lugares da naturalidade do candidato e seus ascendentes e lembrando que o habilitando era o responsável pelas custas decorrentes da inquirição.

Como vemos era comum a solicitação de mercês em grandes quantidades principalmente voltado pro lado das ordens militares que eram a de Avis, Santiago e da Ordem de Cristo sendo essa última a mais solicitada aqui na colônia, pois era vista como uma ordem de mais prestígio e despertava maior cobiça por parte dos colonos sendo que alguns pediam o hábito das outras ordens mesmo sendo em menor numero e na maioria das vezes as pessoas pediam um hábito de uma ordem e era agraciado com o de outra inferior por parte do monarca.

Inicialmente, o pedido de mercês de hábitos da Ordem de Cristo não era tão grande nos séculos XVI e XVII aqui na colônia, só que a partir do século XVIII haverá um aumento nesses pedidos que vai chegar a superar pedidos de outras colônias portuguesas, aonde alguns moradores do Brasil iam a Portugal receber suas insígnias. Os cavaleiros professos tinham obrigações a cumprir, entre uma delas era participar na procissão de Corpus Christi, na qual às vezes aconteciam conflitos entre os grupos por causa das posições sociais dos grupos e que eram demarcadas por regras e os cavaleiros tinham uma posição privilegiada na procissão.

Além da nobreza que se dava aqui na colônia a partir de mercês de hábitos e cargos o que gera a nobilitação das pessoas as quais conseguiam adquiri-los. Aí surge em questão de ser nobre aqui na colônia que era “*A Nobreza da Terra*” segundo o tratadista Álvaro Ferreira de Vera, ele lembra que muitos homens doutos defendiam no século XVII e XVIII a riqueza como origem de nobreza.

Um tema muito debatido na historiografia brasileira colonial é a relação entre riqueza e poder, onde é comumente chamada de nobreza da terra, pessoas que por posição mercantil ou porque possuíam sesmarias recebidas destinadas a engenhos ou fazendas de criação e tinham um grande número de escravos. Essa era considerada a nobreza da terra, não eram nobilitados, pois não tinham recebido nenhuma mercê que os ajudassem a ter esse título.

Como podemos perceber, a história brasileira é marcada a princípio pelos engenhos, onde seus senhores apesar de ter um estilo de vida nobre no Brasil colônia não eram considerados como. Nem os genealogistas da época os consideravam como aristocratas, sendo que a partir do século XVIII esses senhores donos de engenhos para poder ser considerados como uma nobreza eles procuravam seguir o luxo da corte, fazendo uma ostentação demasiada com cavalos de respeito, trombeteiros, etc., e como os nobres portugueses não tinham escravos e sim criados, os escravos aqui eram tratados como criados para se assemelhar a Portugal.

Essa Nobreza da Terra não era só dos donos de engenhos e criadores e sim também dos donos de minas, que buscavam manter esse mesmo nível de vida da nobreza portuguesa. E com esse destaque na sociedade eles vão sendo conhecidos como nobres e até conseguindo vantagens como adquirindo cargos em câmaras e ganhando força na sociedade e se destacando.

Para melhor analisarmos essa questão de nobreza da terra temos que mencionar os estudos de Evaldo Cabral de Mello, no capítulo intitulado “A metamorfose da açucarocracia”, de Rubro Veio, O Imaginário da restauração pernambucana, onde ele afirma ter sido: “na segunda metade do século XVII que os descendentes dos restauradores passaram a reivindicar o estatuto de uma ‘nobreza da terra’, a ponto de,

nos começos de centúria seguinte, os naturais de Pernambuco serem acusados de se quererem quase todos inculcar por nobres”.<sup>10</sup>

Nessa obra de Mello, iremos observar que ele vai trabalhar muito bem essa questão de nobreza da terra focando em Pernambuco que a partir dessa análise serve como base para entendermos como era tratada no Brasil do período colonial entre os séculos XVI ao XVIII. E pegando essa obra vamos adentrar mais nesse conceito de nobreza aqui existente, onde para o autor essa mudança para a forma de ser vista como nobres se deu a partir de três formas conexas, sendo que a primeira consistiu no uso generalizado da expressão, a segunda foi o aparecimento de um discurso de prática genealógica e a última que foi o surgimento do caráter aristocrático da colonização. Onde vai ocorrer a substituição do termo anteriormente utilizado que era a dos homens principais da terra por nobreza da terra bastante debatido por Evaldo Cabral, onde segundo um trecho do livro onde ele nos mostra o poder que já tinha o termo principal da terra que se era dado “ao indivíduo que detinha uma parcela do poder político, seja por ocupar os cargos públicos da capitania e de pertencer [...] aos da governança desta terra, seja devido ao fato de dispor de uma clientela ou de um séquito de homens livres e de escravos, seja por tratar-se de religiosos ou de patentes militares, seja finalmente por ocupar uma posição proeminente”.

Observamos que tanto em Pernambuco como em outros pontos da colônia após o fim da ocupação holandesa, o termo principal da terra vai ser substituído de vez pelo termo de nobreza da terra, se utilizando agora dessa nova denominação, para apostar numa promoção estamental como forma de legitimar sua dominação política, social e econômica na capitania, no qual para explicá-la o autor vai juntar a ideia da nobreza reinol, onde a “nobreza da terra abrangia a dupla origem social da açurocracia, a de nobreza reinol transplantada para Pernambuco e a nobreza gerada em Pernambuco durante o século e meio de sua colonização, mediante a seleção social dos filhos e netos de indivíduos que, embora destituídos da condição de nobres do Reino haviam participado das lutas contra os holandeses, ascendido à posição de senhores de engenho ou exercido cargos civis e militares, os chamados cargos honrados da República”.

---

<sup>10</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro Veio. O imaginário da restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.153.



E assim vamos observar que vai se constituir essa nobreza da terra em cada ponto da colônia de uma forma diferente, mais que no final se dará o nível de poder pelas posses de terras e cargos ocupados. Para se manter no poder e ter sempre esse status de nobres eles faziam alianças entre si e negociação com outros estratos sociais, para assim haver sempre uma manutenção no poder, pelo menos no local que se tinham mais influência.

### **A Nobreza em Sergipe Del Rey**

Como observamos a nobreza até chegar ao Brasil vai ter suas origens em Portugal, onde se tem o estamento desde a época medieval. Sendo a nobreza da nossa antiga metrópole, a reinol ou também conhecida a que se vinha através do sangue, hereditária passada de pais para filhos.

No Brasil essa nobreza reinol vai existir, ficando de lado e aparecendo uma nova nobreza que será a política ou civil, a qual vai se conquistar com prestações de serviços e da ocupação de cargos ou ainda por possuírem riquezas em especial terras, escravos, gados e minas de ouro ou outros metais preciosos o que também ficou conhecido às pessoas que detinham essa força esse destaque por nobreza da terra, bem debatida na obra de Maria Fernanda Baptista Bicalho “*Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*”.

Com a análise que já fizemos passando por Portugal, chegando ao Brasil na época colonial, vamos considerar a idéia de nobreza em Sergipe em especial com a utilização de documentos do Conselho Ultramarino.

Em Sergipe vamos observar certa distribuição de cargos, que a depender desse posto poderia ser considerado como nobre e ter regalias iguais aos nobres na metrópole, só não possuíam esse título mais mesmo alguns cargos por si já nobilitava a pessoa a qual o ocupasse. Também vamos observar que vai se tentar como no Brasil na época colonial conseguir títulos de nobreza pelos serviços prestados, principalmente, em guerras ocorridas no território sergipano.

A partir da análise nos documentos do arquivo do Conselho Ultramarino, temos o exemplo do documento do ano de 1726<sup>11</sup>, onde mostra uma representação por parte dos Oficiais de Milícia, Nobreza e moradores da Vila de Santo Antônio das Almas de Itabaiana, onde esses solicitam ao Rei D. João V, que o Custódio Rebelo Pereira venha governar pela segunda vez a capitania de Sergipe Del Rey, eles vão falar tudo que foi feito por esse para que continue pela segunda vez a ocupar esse cargo. Mas, o importante para nós vem a ser o destaque na palavra nobreza que nos deixa claro a existência desse estamento aqui na capitania de Sergipe. Além desse documento vamos encontrar outro do Conselho Ultramarino datado do ano de 1752<sup>12</sup>, onde a requerente Dona Catarina Borges Marim, viúva do Coronel Manuel Nunes Coelho, pede ao Rei na época D. José I, a licença para fundar às suas custas, na Capitania de Sergipe Del Rey, local de sua residência, um recolhimento para viúvas e donzelas nobres. Já observamos essa solicitação e, nos damos conta dessa nobreza que existia em Sergipe, vendo que se tem uma “preocupação” por parte da mesma em criar um espaço para mulheres viúvas e donzelas nobres desamparadas, mostrando a existência de uma nobreza nesse período do século XVIII, episódio que deixa implícito saber se era reinol ou colonial, no sentido de ser adquirida por ocupar cargos que por se só nobilitam os ocupantes ou moças que derivam de famílias de pessoas quem da nobreza da terra já considerada como uma.

Igualmente, como nas outras partes da colônia, vai existir em Sergipe uma grande quantidade de pedidos de mercês de hábitos de ordens militares sendo as mais pedidas as da Ordem de Cristo. Que como vimos vinha ser também a mais solicitada por ser considerada como a mais importante no reino de Portugal e as pessoas que conseguissem eram encaradas como nobres e na colônia eram vistas com outros olhos.

Nessa busca por ter um destaque na sociedade e ter regalias como os cavaleiros na metrópole faremos a análise de alguns pedidos a exemplo do requerimento no ano de 1723<sup>13</sup>, onde o Capitão Mor de Sergipe Del Rey José Pereira de Araújo solicita ao rei a

---

<sup>11</sup> Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino de Lisboa, Cx. Nº 03, doc. 04; esta no inventário nº167 de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Sergipe, e mostra a solicitação por parte da população da época inclusive a nobre, pela segunda vez que venha a governar Custódio Rebelo Pereira.

<sup>12</sup> Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino de Lisboa, Cx.07, doc. Nº18, esta no inventário nº 376 de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Sergipe, onde trata do pedido de uma senhora em fundar, um recolhimento para viúvas e donzelas nobres aqui em Sergipe del Rey.

<sup>13</sup> Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino de Lisboa, Cx. 02, doc. Nº43, esta no inventário nº 120 de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Sergipe, onde se trata de um pedido de mercê do Hábito de Cristo.

mercê do Hábito da Ordem de Cristo e tença de sessenta mil reis, seguindo em anexo a solicitação todos os documentos necessários e o porquê ele merece receber esse hábito, em outro documento do ano de 1733<sup>14</sup>, o requerente é Manuel Nunes Coelho, solicitando o Hábito da Ordem de Cristo, junto com uma tença de cem mil reis, sendo que este cobra pelos serviços aqui prestados a coroa e não ocupou nenhum cargo de grande importância.

Vamos observar que também era comum o pedido de hábitos para outras pessoas, a exemplo do documento de requerimento do Sargento Mor Manoel da Costa de Carvalho<sup>15</sup> pede ao rei, alvará de lembrança e mercê de hábito de Cristo para seu filho, João da Costa Carvalho, onde no pedido usa como argumentos para isso, o tempo de serviço prestado e também por ser seu único filho e legítimo, trazendo uma preocupação por parte do pai em deixar seu filho com um título o qual ele será encarado pela sociedade como nobre e tendo certas regalias.

Ainda encontramos no século XVIII em Sergipe Del Rey mais duas solicitações, uma o solicitante é Antônio Cardoso de Aguiar<sup>16</sup>, onde ele mesmo alegando com documentos os serviços prestados a capitania pelo espaço de 28 anos e pedindo ser honrado com o hábito de Cristo e a tença de oitenta mil reis. A segunda é o pedido de Joaquim José Gomes<sup>17</sup>, Ajudante do 2º Regimento da Cavalaria de Milícias de Três vilas da comarca da cidade de São Cristóvão, onde pede ao príncipe regente ser condecorado com o Hábito da Ordem de Cristo, sendo esse sem pedir tença alguma. Na análise desse documento, notaremos que ele vai usar os argumentos comuns e iguais aos outros, a diferença é que conseguimos descobrir se ele conseguiu ou não, onde vemos o resultado da análise onde o Conselho diz:

---

<sup>14</sup> Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino de Lisboa, Cx.04, doc. Nº59, esta no inventário nº 266 de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Sergipe, onde há uma solicitação do Hábito da Ordem de Cristo.

<sup>15</sup> Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino de Lisboa, Cx.01, doc. Nº39, esta no inventário nº 038 de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Sergipe, onde o pai pede a mercê de Hábito da Ordem de Cristo para seu filho único.

<sup>16</sup> Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino de Lisboa, Cx.05, doc. Nº14, esta no inventário nº 289 de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Sergipe, onde a uma solicitação de Hábito da Ordem de Cristo pelos serviços prestados por parte do requerente.

<sup>17</sup> Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino de Lisboa, Cx.09, doc. Nº06, esta no inventário nº 467 de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Sergipe, onde se pede a mercê do Hábito da Ordem de Cristo, pelos serviços prestados em Sergipe del Rey.

*“... segundo a tarifa das Mercês Ordinárias para as querer se*

*Requerem cerve, e determinada regulação e certas e determinados*

*Anos de serviço, os quais não tem o Supp.e, nem direito algum para*

*Requerer a Mercê que solicita...”(Documento do Conselho Ultramarino).*

Observamos esse último pedido que fora negado devido o requerente não atingir os requisitos necessários para obter a mercê do hábito de Cristo, mas os documentos analisados nos deixa claro a necessidade de se mostrar como nobre na sociedade de Sergipe Del Rey, onde muitas pessoas tentavam adquiri-las a partir do pedido de hábitos mesmo sabendo que todas as suas custas eram muito caras e todas bancadas por quem pedia, mesmo assim se buscava para ser reconhecido como nobre.

Teremos também a nobreza da terra que nada mais era do que pessoas que conseguiam conquistar esses títulos; não por possuir sangue nobre, nem títulos, mas sim pelo poder adquirido a partir do dinheiro gerado, principalmente pelos engenhos que terão um grande aumento no século XVIII, e sendo esses as bases para essa forma de nobreza podendo destacar seu poder no trecho do livro de Luiz Mott, *Sergipe Del Rey população, economia e sociedade*, na pag. 74; 3ª paragrafo:

*“...Sua base econômica repousava sobretudo na agroindústria açucareira... Sua produção era na quase totalidade enviada para a Bahia: no final do século XVIII calcula-se que Sergipe contribuía com 1/3 do açúcar que saía dos portos de Salvador...”*

A partir desse trecho nos deixa claro a força que os engenhos tinham. Logo, os donos se consideravam nobres e se encaixam na ideia da nobreza da terra, pois esses faziam questão de agirem como nobres e serem tratados como quais. E o poder que eles tinham ajudava a ter destaque na sociedade até adquirir cargos que junto com seu poder os deixavam como a nobreza aqui presente.

## Conclusão

Depois de analisarmos com detalhes a ideia de nobreza desde a sua origem no período medieval em Portugal até o século XVIII e focando após no Brasil no período colonial deixando em destaque o mesmo século, podemos concluir a existência de uma nobreza diferente do reino português, porém não deixando de ser uma nobreza.

Essa nobreza onde trabalhamos com detalhes para podermos chegar a debater a ideia de nobiliarquização, encontrada na capitania de Sergipe Del Rey no século já mencionado, nos deixa claro a existência de um querer ser nobre por parte dos colonos. Aonde, vimos através de documentos que já eram citados como nobres algumas pessoas que se identificavam como tal. Só que devemos deixar claro que mesmo em menor quantidade, mas existiam representantes da nobreza reinol na capitania sergipana no período do século XVIII.

Mas, como vimos muitas pessoas na capitania de Sergipe Del Rey, procuravam adquirir por meio de mercês esse título o qual nobilitava quem os conseguisse, que no caso em específico e em maior quantidade era através da mercê do Hábito da Ordem de Cristo, muito solicitado junto com o de outras ordens sendo esse o mais pedido pelo prestígio da ordem militar, sendo que muitas pessoas não conseguiam, pois não possuíam características suficientes para o enquadramento perante a sociedade como merecedor de tal mercê, mas que já nos serve para observar que possuíam aqui uma nobreza, onde alguns se espelhavam e queriam se equipará-los e até se igualar não só aos Sergipe Del Rey, mas aos da metrópole ou só para se obter as vantagens que tal título garantia para quem o possuísse.

Vamos também observar na capitania de Sergipe Del Rey a partir da análise a existência da nobreza da terra, sendo essa surgida em meados do século XVIII, com o crescimento da construção de engenhos, onde esses senhores donos de engenhos devido ao poder que possuíam e ao dinheiro que tinham tentava agir de maneira semelhante à corte e os nobres em Portugal, se denominando como nobres que de início não eram aceitos, mas com o tempo e suas influências foram começando a ser aceitos como tais mesmo esses sem possuírem títulos que os nobilitassem.

Logo podemos concluir que, em Sergipe Del Rey como em todo Brasil na mesma época analisada que é a do século XVIII, vai haver a idéia da necessidade e busca por se tornarem nobres, onde alguns conseguiam pelos cargos que ocupavam, outros pelos serviços prestados ou até usando desses serviços para por outros meios conseguirem hábitos e assim serem encarados como nobres ou através da influência com o poder que tinham e se alto denominavam até que conseguiam ser encarados como nobres.

### **Fontes**

Documentos Manuscritos Avulsos Referentes À Capitania de Sergipe Existentes no Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino de Lisboa.

### **Bibliografia**

SILVA, Maria Beatriz Nizza Da. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

HESPANHA, António Manuel. **A Nobreza nos Tratados Jurídicos dos Séculos XVI a XVIII**. Lisboa: Edição Cosmos.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Notas Sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime**. Ler Historia, 1987.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de Governar: Ideias e Práticas Políticas no Império Português séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

DEMURGER, Alain. **Os cavaleiros de Cristo: as ordens militares na Idade Média (sec.XI-XVI)**; tradução André Telles – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed.2002.

FERNANDES, Fabiano. **O processo de formação da Ordem de Cristo e a Conjuntura dos Reinos Ibéricos (1250-1326)**; São Paulo. UFSP

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)**; Lisboa: Estar, 1999.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares na Historiografia Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)**; Vol. Gênero, Discurso e Guerra. Lisboa: Cosmos 1997.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime**; almanack braziliense nº02, novembro de 2005.

SILVA, Augusto da. **O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: território, administração e sociedade(1738-1807)**; Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2013.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Nome e o Sangue: Uma Parábola Familiar no Pernambuco Colonial**. Rio de Janeiro; Topbooks, 2º ed. 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio. O imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

HESPANHA, Antônio M. . **La Economia De La Gracia**. Madri, 1993.

PINISKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ALVES, Francisco José. **Fontes para história de Sergipe Colonial: (séculos XVI – XVIII)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju, Fundese, 1986.

